

## A autoridade em desejo. Algumas reflexões sobre sujeição e sexualidades<sup>1</sup>

*Aina Pérez Fontdevila (Universitat Autònoma de Barcelona)*

*Tradução de Brena Barros (Graduanda Arqueologia UNIR)*

**Resumo:** Este artigo se propõe a refletir sobre as discussões em torno da autoridade do desejo sobre o sujeito e a ficção da singularidade, procurando reivindicar, principalmente no que se refere à expressão das sexualidades não-hegemônicas, a desconstrução de discursos normativos e o exercício de nossa agência transformadora.

“*Sabemos del amor por lo que alumbra, (...) por su modo de estar en la penumbra*”, como diz o poema de Manuel Alcántara (e a canção de Mayte Martín) e nos apraz esta imagem segundo a qual nunca vemos diretamente o rosto, e sim os efeitos, as marcas. Apaixonar-se é justamente isso: encontrar-nos esboçando um gesto que nos ponha no encaixe de um rasto sem tempo para questioná-lo, é permitir que a mão direita ignore o que faz a esquerda. Sem muitas explicações, sem muitas decisões, como se uma intervenção decidida do eu, como se uma interferência da razão, desvirtuassem o amor, subtraindo-lhe autenticidade. Senhorear o desejo, ser demasiadamente ama de si mesma no querer, ou seja (para introduzir a comparação que usarei no momento), ter sobre ele demasiada autoridade, parece atestar sua falsidade. Como se dominar, neste âmbito, quisesse sempre dizer sujeitar, reprimir, com ou sem o reflexivo: Isto é, conter por um *coup de force* do eu, algo que não sou eu, e por sua vez, por um *coup de force* do eu, conter-se, conter o eu, aquele que é mais genuíno, isso que constituiria sua única firma verdadeiramente autêntica, precisamente aquela que, de fato, não pode traçar do todo porque não pode firmá-la sozinha.

Frequentemente pensamos no desejo, no prazer, na paixão sob um paradigma similar aos que servem também para pensar a criação artística<sup>2</sup>. Isto é, como aquilo que,

---

<sup>1</sup> Este artigo se insere no projeto “¿CORPUS AUCTORIS? Análisis teórico-práctico de los procesos de autorización de la obra artístico-literaria como materialización de la figura autorial” (FFI2012-3337I), do grupo de pesquisa consolidado Corpo e Textualidade (Universitat Autònoma de Barcelona). Foi publicado originalmente em língua catalã com o título “*L'autoritat en desig. Algunes reflexions sobre subjecció i sexualitats*” na revista *Quadern de les idees, les arts i les lletres* (ISSN 1695-9396), 193, Dezembro 2013 / Janeiro 2014.

provindo de instância alheia e superior – a fonte de inspiração (as musas, as divindades, a Arte em maiúsculo) - nos aflige, nos arrasta, nos ultrapassa, sem que o possamos – e com frequência, sem que o queiramos – evitar. Entendidas desde esse ponto de vista, criatividade e paixão tracejam uma figura ambígua para a subjetividade: espaços de desagenciamento nos quais não sou eu (ou não apenas eu), quem esboça um gesto ou um escrito, e, por sua vez, espaço de singularização, porque é a mim a quem esta instância fala (sou eu o/a escolhido/a: tenho talento, tenho dom), e porque este esboço (o gesto que faço como se fosse uma marionete) torna-se, paradoxalmente, a assinatura do que me é mais próprio. Já não tanto – ou não tão somente – do que me pertence e sim do que me é mais genuíno, idiossincrático.

Tanto em um caso como no outro, essa autenticidade não depende, pois, de um sujeito plenamente soberano, e sim da abertura à alteridade, a um outro concreto e encarnado – o/a amante, o/a amado/a de um lado; o/a leitor/a da obra de outro, mas, sobretudo, a esta alteridade sem rosto que é a instância que move os fios acima de nós. Para além disso, outra característica comum enlaça estas concepções de desejo e criação: o fato de que esta instância desagenciadora não é pensada nunca como uma instância social, porque se o fosse, perderia sua capacidade singularizadora.

De fato, o paradigma que estou tentando descrever – sem subscrever – reforça a dicotomia público/privado, cultural/natural, sociedade/indivíduo: a força que nos ultrapassa no desejo e na criação oriunda de um lugar selvagem, instintivo, natural, biológico, indomesticável; ou então, de um lugar divino, atemporal, universal, ideal. Em todo o caso, de um lugar imaginário que se opõe sempre ao espaço social entendido como espaço de homogeneização, repetição, normatividade, domesticidade, tradição ou reprodução.

Visitá-lo ou - mais precisamente- ter a sorte de sermos visitados por uma instância oriunda dele, nos permite produzir algo que seja único, irrepetível, singular, e nos tornarmos assim, únicos, irrepetíveis, singulares, isto é, plenamente humanos. É justamente porque não participa do âmbito do comum (em ambos os sentidos: do compartilhado e do corrente), porque tem a ver com a comunicação com instâncias que excedem ao indivíduo – pelo menos como indivíduo social – mas, sobretudo, a

---

<sup>2</sup> Como mostram Berensmeyer, Buelens e Demoor, ao longo da história da arte e da literatura encontramos uma alternância entre concepções “fortes” e “fracas” da autoria, que dependem precisamente do grau de agência, propriedade, autoridade, etc., que se atribui ao autor/a. Sou consciente, pois, de que descrevo somente um dos paradigmas através dos quais se compreende a autoria artística.

comunidade, que o produto deste encontro pode ler-se como expressão genuína da interioridade de um sujeito – embora este não possa sempre considerar-se sua fonte ou origem – frente às forças alienadoras e – insisto – homogeneizadoras do espaço social, público, exterior.

Neste sentido, essa comunicação na realidade constitui ou, no mínimo, ratifica (certifica, afirma, firma) o receptor como sujeito/indivíduo entendido como entidade vinculada à unicidade, à indivisibilidade ou à irrepetibilidade, e dotado de um interior capaz de estabelecê-la, para além das interferências exteriores. A verdade ou autenticidade que se descobre neste encontro pode ler-se como intrínseca ou extrínseca do sujeito, ou seja, como uma essência interior velada pelo involtório cultural que se deve desnudar de contingência, ou como uma verdade imutável proveniente de uma instância ideal. Em ambos os casos, o afastamento e o recolhimento em si, seja na solidão total do artista ou na comunidade fechada dos/das amantes, torna-se condição deste descobrimento.

Se no âmbito da criação esta ficção ainda opera no modo como construímos algumas das figuras do artista ou do escritor, no âmbito do desejo, do prazer ou da paixão é evidentemente insustentável que sintamos sem padrões, alheios a narrativas prévias e compartilhadas, e menos ainda que os gestos que a isso se vinculam nos confirmam um caráter singular ou irrepetível. Apesar disso, algumas resistências a considerar sua natureza social, cultural, construída ou textual talvez possam entender-se também desde esta resistência a abandonar esta ficção paradigmática, que, como víamos, é também ou sobretudo uma ficção sobre o que quer dizer ser eu.

Há um momento atrás eu escrevia sobre o lugar imaginário do qual brota a fonte do desejo e da criatividade e o caracterizei com duas enumerações que, justapostas, bem que poderiam enumerar-se caóticas: um lugar instintivo, natural, biológico; ou um lugar atemporal, universal, ideal. De um lado, o corpo, entendido como realidade inevitável e impermeável à cultura (onde a cultura subtrairia idiosincrasia distorcendo a verdade única deste corpo); do outro, precisamente a possibilidade de transcendê-lo se o consideramos aquilo que nos ata à animalidade, à repetição e a reprodução (que se opõem à singularidade ou a individualidade). Diria que ambos funcionam tanto na ficção do desejo ou a sexualidade, como na ficção da criatividade. Sobre a última, só quero apontar que, embora historicamente se associe ao segundo conjunto de características e, portanto, a um sujeito capaz de sobrepor-se ao jugo do corpo (precário,

contingente, sexual, concreto, mortal, enganoso, distorcionante), também buscou em âmbitos que tradicionalmente se lhe associem – a natureza selvagem e indomesticável – o fundamento de sua reivindicação daquilo original, inovador, excepcional, etc., sempre em oposição a uma influência social castradora por anódina, tradicional, repetitiva e normativa: este seria, por exemplo, o paradigma de algumas vanguardas e de suas derivações posteriores<sup>3</sup>. Quanto aos discursos sobre o desejo – dentre os quais me ocuparei só de alguns dos que pretendem reivindicar as sexualidades não hegemônicas -, a tensão entre o singular e o social, mais que na experiência da relação sexual ou amorosa – onde é evidente a existência de narrativas culturais-, se manifesta na consideração de sua orientação como traço identitário, e o faz – eu diria - em discursos politicamente divergentes.

Para começar, as propostas essencialistas ou biologistas, de herança decimonônica, concebem o corpo como espaço de uma verdade natural e original (seja genética, hormonal, cerebral, etc), que as coerções sociais podem oprimir ou mascarar, mas jamais modificar: a agência do sujeito reside aqui, pois, na libertação do jugo social que reprime uma sexualidade verdadeira através do seu descobrimento e de sua reivindicação, mas não na possibilidade de intervir nela<sup>4</sup>. Neste caso, a/firmar o sujeito frente ao entorno social ou a influência cultural implica subordiná-lo a uma instância que, por outro lado, obtém sua legitimidade de seu caráter imutável, ao menos enquanto dure um corpo efêmero<sup>5</sup>. Este discurso esconde reversos politicamente questionáveis, porque exime de responsabilidade tanto o indivíduo como o entorno social<sup>6</sup>. De um lado, produzindo alguns efeitos similares aos da patologização trans, escusa os sujeitos tirando-lhes a capacidade de agência e, portanto, de eleição: se toda desculpa pressupõe

---

<sup>3</sup> Significativamente, a feminilidade mudou de rosto conforme as flutuações na concepção da criatividade: quando esta se entendeu como transcendência do corpo, aquela se construiu em relação à natureza e a reprodução, vetando assim o acesso das mulheres à legitimidade criativa; quando se entendeu, em câmbio, como espaço do selvagem, a feminilidade se construiu ligada à domesticidade e a reprodução cultural – o paradigma do qual seria, frente a arte, o artesanato -. Para aprofundamento nestes aspectos, recomendo o livro de Michelle Coquillat *La poetique du mâle*.

<sup>4</sup> Na medida em que é um dos discursos que atravessa as representações das sexualidades não hegemônicas, poderíamos dar centenas de exemplos dele, mas proponho, para ilustração, a página da web *Born this way*, que se apresenta como “a photo/essay project for gay adults (of all genders) to submit childhood pictures and stories (...) reflecting memories and early beginnings of their innate LGBTQ selves. Nurture allows what nature endows. It’s their nature, their truth!”. Convido-lhes também a escutar as canções homônimas de Bobby Valentino (1975) e Lady Gaga (2011).

<sup>5</sup> E, segundo o olhar, mais além, já que a genética é um vínculo do indivíduo com a espécie, a estirpe, a herança e, portanto, com uma instância em certa medida atemporal ou, no mínimo, que transcende a precariedade do corpo.

<sup>6</sup> Para aprofundamento na análise das consequências políticas destes discursos, recomendo o livro de Gerard Coll-Planas *La voluntad y el Deseo*.

a culpa, se sanciona um discurso hegemônico no qual as categorias sexuais aparecem claramente hierarquizadas, justificando a pertinência à categoria inferiorizada.

Ademais, possibilita uma inclusão dentro do marco social que garante a sobrevivência de categorias estancas e puras (homossexual/heterossexual) e, no geral, a continuidade dos termos nos que este marco se apresenta: a visibilidade do desejo homossexual não questiona a hegemonia da heterossexualidade, já que, enquanto expressão de uma verdade natural, a diversidade de representações incide relativamente na experiência dos indivíduos. Na melhor das hipóteses, contribui a libertar aqueles que já estão marcados de antemão por uma diferença que se inscreve em um corpo impermeável a aquilo que o rodeia.

Outros discursos sobre o desejo não normativo colocam ênfase na pressão alienante de um entorno hegemônico que, agora, é claramente identificado como patriarcal: reivindicam uma instância interior portadora de uma identidade autêntica cuja libertação e cuja possibilidade de expressão se associa com o acesso a uma suposta plenitude como seres humanos, que há que se conseguir mediante o isolamento de uma sociedade coercitiva<sup>7</sup>. A agência do eu em relação ao desejo fica aqui subordinada. Uma verdade interior a ser descoberta “na privacidade de nossas psiques”, como reza um manifesto de 1970; a autonomia ou a soberania reside uma vez mais na possibilidade de libertar esta verdade de um entorno que nos obriga a mascarar-la inclusive quando nos encontramos frente ao espelho. No contexto feminista, onde não é possível menosprezar a importância política de postular que a biologia não é o destino, estes discursos não reivindicam o corpo como origem de uma verdade do desejo, mas não deixam de reforçar as dicotomias indivíduo/sociedade e público/privado, esquecendo, pois, pelo menos em parte, essa outra premissa feminista: que o pessoal é político. Considera-se a sociedade como uma trama normativa, mas se preserva um núcleo privado e autêntico que permanece alheio a ela e que pode recuperar-se. A agência do sujeito se arrisca neste gesto de recuperação, que o singulariza na medida em que o diferencia de uma massa social que leva as máscaras de umas “identidades coercitivas”, que são – estas sim- construídas e, portanto, segundo esta lógica, falsas.

---

<sup>7</sup> Refiro-me, por exemplo, a alguns dos discursos que conformam o feminismo lésbico dos anos 70, como mostra o documentário *Lesbiana. Une révolution parallèle*, que reflete sobre os movimentos separatistas, ou a alguns dos manifestos que Rafael Mérida recolhe em *Manifestos Gays, Lesbianos, Queer*, como o que assina o coletivo Radicalesbians. As duas citações que aparecem na continuação, no corpo do texto, foram extraídas deste manifesto intitulado “*Woman Identified Woman*”.

Apesar de estarem muito distanciadas, desde um ponto de vista tanto genealógico como ideológico, das propostas expostas até aqui, as leituras voluntaristas da teoria *queer*<sup>8</sup> nos permitem estabelecer um diálogo com os postulados sobre a subjetividade que, como tentei mostrar, estruturam aquelas. Graças a uma (enviesada) interpretação da performatividade de gênero proposta por Judith Butler, estas leituras se livram do corpo (que é interpretado agora como materialização discursiva) e da noção de interioridade ligada a uma verdade que se tem que descobrir e expressar (uma interioridade que é, aqui, o efeito do processo de subjetivação e não o seu princípio), e subsumam assim, no primeiro, o segundo termo dos binômios cultural/natural, público/privado, exterior/interior. Não obstante, o menosprezo ao social não é menor que nas outras propostas: em uma consideração do cultural como absolutamente maleável<sup>9</sup>, o produto destas leituras é -agora sim- um sujeito plenamente soberano, que já não deve nada a uma instância que o co-firme, nem corporal nem idealmente. Como se a compreensão do caráter construído do gênero, a sexualidade e, em última instância, a identidade em todos seus aspectos – uma compreensão que singulariza a aqueles que acessam a ela frente a uma massa que vive na ficção da natureza-; como se o descobrimento da ausência de uma origem ou de uma verdade para o desejo dotassem o sujeito de plena autoridade com respeito a suas encenações.

Deste modo, a ficção de uma singularidade a qual se acesse através do exercício da soberania – mais ou menos plena, mais ou menos ligada a autoridade como origem ou como possibilidade de acesso a uma origem alheia – funciona tanto neste como nos outros discursos que tentei analisar anteriormente, sustentando uma bajuladora fantasia do eu, um eu que, de algum modo, continua esforçando-se em preservar um espaço distante do “mundo comum”, como reza o título de Marina Garcés; um espaço onde situar o que é mais próprio, aquele que, em última instância, o faz quem é.

Longe deste imaginário, uma leitura atenta das propostas *queer* – como a que faz boa parte do ativismo e da teoria -, toma nota do vínculo vital da subjetividade como uma trama normativa que não só a restringe ou a oprime, e sim que a habilita e da qual não se pode desfazer sem desfazer-se, embora possa negociar com ela ao negociar-se.

---

<sup>8</sup> Para uma leitura crítica dessas propostas, recomendo o livro de Gerard Coll-Planas, *La Carne y La Metáfora*. Ali serão encontrados alguns exemplos.

<sup>9</sup> Consideração que é herdeira do binômio cultural/natural que, neste sentido, fica por desconstruir. Embora o natural se leia aqui como construção discursiva, entender o cultural como maleável continua remetendo a um oposto imutável.

A interioridade, agora, é verdadeiramente um produto da exterioridade, sem esconderijos onde encastelar-se. Por sua vez, a exterioridade, o mundo comum, tampouco sai ileso deste reconhecimento, porque a agência do sujeito (que o discurso social habilita como agente, precisamente) reside em sua capacidade para transformá-lo ao transformar-se e vice-versa, sem a possibilidade de que sobrevenha uma transformação a margem da outra. Mas com a possibilidade – e com a responsabilidade que suceda alguma transformação, embora não nos faça excepcionais, únicos, irrepetíveis se isso significa desvincular-nos do compartilhado e do corrente. O reconhecimento de que nos tornamos sujeitos, e sujeitos do desejo, através da sujeição a normativas de poder e aos discursos culturais onde se materializam, não nos impossibilita como agentes capazes de diversificar, flexibilizar ou desviar estas normas que nos sujeitam apesar de que não as tenhamos ditado nós mesmos; não nos impede de ampliar o âmbito daquilo que podemos imaginar, entender e viver, transformando alguns discursos que, não obstante, continuam interpelando-nos e construindo-nos. Do mesmo modo que não poder considerar-nos donas e amos de nosso desejo, autores do gesto que nos conduz, não nos exime de assumir suas consequências nem de pensar-nos e praticarmos para alargar os limites do que podemos fazer e, sobretudo, nos deixar fazer; os limites do espaço em que a escritura pode traçar-se, embora continuemos sem poder e, por favor, sem querer firmá-la sozinhos.

## Referências

- Berensmeyer, Ingo; Buelens, Geert; Demoor, Marysa. “*Autorship as Cultural Performance: New Perspectives in Autorship Studies*”. ZAA: Zeitschrift für Anglistik und Americanistik. A Quartely of Language, Literature and Culture, 60.1, 2012.
- COLL-PLANAS, Gerard. *La Voluntad y el Deseo. La Construcción Social del Género y la Sexualidad: El caso de Lesbianas, Gays y Trans*. Madrid: Egales, 2010.
- \_\_\_\_\_, *La Carn i la Metàfora. Una Reflexió Sobre el Cos en la Teoria Queer*. Barcelona: Edilloc, 2011.
- COQUILLAT, Michelle. *La Poétique du Mâle*. Paris: Gallimard, 1982.
- GARCÉS, Marina. *Un mundo común*, Barcelona: Edicions Bellaterra, 2013.
- MÉRIDA, Rafael. M. *Manifiestos Gays, Lesbianos, Queer. Testimonios de una lucha (1969-1994)*. Barcelona: Icaria, 2009.

Recebido: 01/12/2014

Aceito: 08/12/2014